

REQUERIMENTO Nº DE 2003.
(Do Sr. Carlos Santana e Outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar operações no setor de combustíveis, relacionados com a sonegação dos tributos, máfia, adulteração e suposta indústria de liminares. Como exemplo podemos citar A empresa Álmo Real Minas que só em dezembro de 2002 comprou da Paulina, através de liminar não pagou os impostos, 29 milhões de litros, a BR compra 25 milhões por mês. Vale ressaltar ainda que a máfia do óleo somente no Estado do Rio de Janeiro já vitimou cerca de 29 pessoas, entre policiais federais e outros envolvidos. Em Belo Horizonte foi assassinado um promotor público (Drº Francisco José Lins do Rego Santos) ao 43 anos, que estava investigando o tema.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 35 do Regimento Interno, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades que vêm ocorrendo no comércio de combustíveis no país, relacionados com a sonegação dos tributos, máfia, adulteração e suposta indústria de liminares.

A imprensa noticiou fartamente que boa parte dos carros do país apresenta problemas. Gasolina podre era a manchete vergonhosa. A matéria denunciava o uso de solventes para adulterar combustível e afirmava haver uma verdadeira Indústria de liminares que desviava fortunas em impostos dos cofres do governo. A questão já provocou acaloradas discussões no Congresso, onde se discutiu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias. A CPI acabou não sendo criada e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), por sua vez tentou eximir-se da culpa pela precária fiscalização exercida.

Eles fazem a adulteração e ainda não pagam os impostos, com a gasolina contrabandeada ou roubada ou com liminar a margem de lucro é muito maior, para se ter uma idéia só com as liminares para não recolher o ICMS eles ganham O,50 por litro o que em três semanas eles faturam R\$ 18 milhões.

O município do Rio de Janeiro é o campeão em postos que já foram autuados pela ANP, no Méier só um posto já foi autuado 10 vezes, mas não está fechado, porque a agência vai lacra a bomba, o dono do posto vai passa o combustível para outro tanque e continua a trabalhar com outra bomba, até a Justiça mandar liberar.

Vale lembrar que a máfia do óleo somente no Estado do Rio de Janeiro já vitimou cerca de 29 pessoas, entre policiais federais e outros envolvidos. Em Belo Horizonte foi assassinado um promotor público (Drº Francisco José Lins do Rego Santos) ao 43 anos, que estava investigando o tema.

Os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Rio de Janeiro são onde há a maior concentração dessas empresas. No interior do Rio de Janeiro, na cidade serrana de Nova Friburgo existem mais de seis distribuidoras (todas fantasmas), endereços que constam são de terrenos baldios, porque lá a Juíza entende que é possível que não é necessário recolher a CIDE.

Atualmente estão em vigor nove liminares, ou seja nove distribuidoras estão atuando, sendo que seis na cidade de Nova Friburgo e estão tramitando na justiça 53 processos contras essas empresas.

Tem empresas fantasmas que compram mais combustível que a BR – Distribuidora, um desses exemplos é;

A empresa Álmo Real Minas que só em dezembro de 2002 comprou da paulina, através de liminar não pagou os impostos, 29 milhões de litros, a BR compra 25 milhões por mês.

A estimativa é que com a máfia das liminares deixou de ser recolhido impostos da CIDE R\$ 85,1 milhões de setembro de 2002 até fevereiro de 2003 e de ICMS R\$ 53,5 milhões no mesmo período.

É bom ressaltar que a evolução da sonegação começou em 1995 com o ICMS em setembro de 98, começou as liminares contra a substituição da tributação ICMS e a sonegação do PIS/COFINS e em julho de 99/2000 aumento do COFINS com o início a substituição tributaria nas refinarias.

Existem no país 28.000 postos revendedores e 243 distribuidoras. Vale lembrar que em 1990 existiam 8 distribuidoras.

Impõe-se, por conseguinte, uma completa investigação dos fatos apontados, justificando-se plenamente a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, respaldada pelas assinaturas que acompanham esta proposição.

Sala das Sessões, em

Deputado Carlos Santana
RJ/PT